Escrito por Indicado en la materia Jueves, 23 de Junio de 2016 10:46 - Actualizado Lunes, 27 de Junio de 2016 10:46

O ex-ministro ministro do Planejamento do governo Lula e das Comunicações no primeiro governo Dilma, Paulo Bernardo, foi preso nesta quinta-feira (23) em um desmembramento da 18ª fase da Operação Lava Jato, em Brasília. A operação foi batizada de "Custo Brasil" e cumpre 65 mandados judiciais em São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Distrito Federal.



Carro da PF em frente ao prédio da senadora Gleisi (Foto: Sérgio Tavares/ G1)

Do total de mandados, 11 são de prisão preventiva, 40 de busca e apreensão e 14 de condução coercitiva, quando a pessoa é levada a prestar depoimento. Um dos mandados de busca foi cumprido na casa da senadora <u>Gleisi Hoffmann</u>, no bairro Água Verde, em Curitiba.

A PF informou que a operação foi

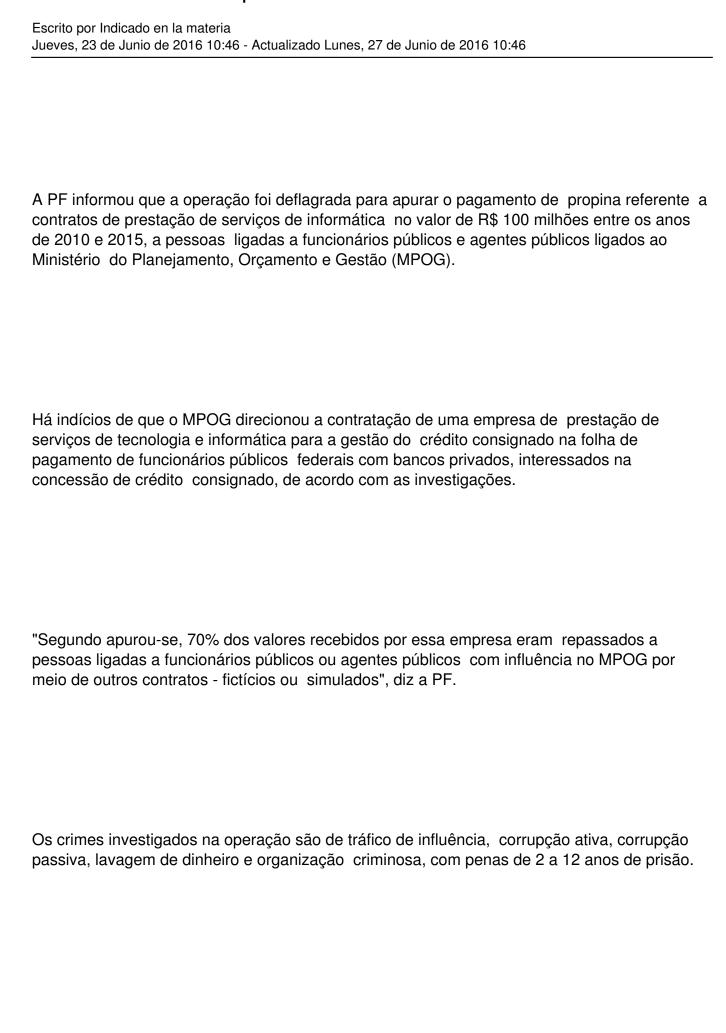
deflagrada para apurar o pagamento de propina referente a contratos de prestação de serviços de informática no valor de R\$ 100 milhões entre os anos de 2010 e 2015, a pessoas

Escrito por Indicado en la materia Jueves, 23 de Junio de 2016 10:46 - Actualizado Lunes, 27 de Junio de 2016 10:46

ligadas a funcionários públicos e agentes públicos ligados ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

Policiais federais também estão na sede do PT no Centro de São Paulo. Os presos e o material apreendido serão encaminhados à sede da Polícia Federal, na capital paulista.





Ex-ministro Paulo Bernardo é preso em Brasília Escrito por Indicado en la materia Jueves, 23 de Junio de 2016 10:46 - Actualizado Lunes, 27 de Junio de 2016 10:46 Inquérito A Polícia Federal indiciou Gleisi Hoffmann (PT-PR) e o marido dela, o ex-ministro Paulo Bernardo, ao concluir o inquérito sobre as suspeitas de que dinheiro desviado da Petrobras abasteceu em 2010 a campanha ao Senado da parlamentar. A defesa do ex-ministro disse que desconhece as razões da prisão, e que estranha porque Pa ulo Bernardo sempre se colocou à disposição das autoridades. A PF afirma ter indícios suficientes contra Gleisi e o marido, o ex-ministro Paulo Bernardo, por suposto envolvimento em crime de corrupção. As conclusões da Polícia Federal foram anexadas ao inquérito 3979, que tramita no Supremo Tribunal Federal, na Operação Lava Jato.

A PF entendeu que há indícios suficientes de que a campanha de Glesi recebeu R\$ 1 milhão em propina. Um novo delator, Antonio Carlos Pieruccini, informou que transportou o dinheiro, em espécie, de São Paulo para Curitiba em quatro viagens e que entregou a quantia para Ernesto Kugler, empresário que seria próximo de Gleisi.

Escrito por Indicado en la materia Jueves, 23 de Junio de 2016 10:46 - Actualizado Lunes, 27 de Junio de 2016 10:46

Segundo a PF, as entregas ocorreram na casa de Kugler e em empresas das quais é sócio. E que o empresário e o então tesoureiro da campanha de Gleisi, Ronaldo da Silva Baltazar, se falaram por telefone pelo menos 25 vezes.

Segundo o relatório da Polícia Federal, ao qual a TV Globo teve acesso, o suposto pedido de dinheiro para a campanha de Gleisi teria sido feito ao ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa quando Paulo Bernardo era ministro do Planejamento do governo Lula e só porque o ex-ministro teria conhecimento do esquema de desvios na Petrobras.

#### Assessoria contesta

A assessoria de imprensa da senadora Gleisi Hoffmann, que responde pelo casal, informou por meio de nota que as provas do inquérito demonstram que ela e o marido não receberam dinheiro

"Todas as provas que constam no inquérito comprovam que não houve solicitação, entrega ou recebimento de nenhum valor pela senadora Gleisi Hoffmann ou pelo ex-ministro Paulo Bernardo", afirma o texto da nota.

Segundo a assessoria, "são inúmeras as contradições nos depoimentos dos delatores, as quais tiram toda a credibilidade das supostas delações. Um deles apresentou, nada mais,

Escrito por Indicado en la materia Jueves, 23 de Junio de 2016 10:46 - Actualizado Lunes, 27 de Junio de 2016 10:46 nada menos, do que cinco versões diferentes para esses fatos, o que comprova ainda mais que eles não existiram". Indiciamento O indiciamento – do qual a senadora foi objeto – é previsto em lei somente para inquéritos conduzidos pela polícia. O ato de indiciar torna uma pessoa oficialmente suspeita de ter cometido um crime. Em 2006, o Supremo Tribunal Federal firmou um entendimento pelo qual deputados e senadores não podem ser formalmente indiciados pela polícia - somente podem ser acusados pela Procuradoria Geral da República. A defesa de Gleisi Hoffmann vai questionar o indiciamento da senadora no Supremo a fim de provocar a discussão sobre se a PF pode ou não indiciar. Atualmente, o Supremo tem uma composição diferente da de 2006 e, por essa razão, após o questionamento da defesa da senadora, há possibilidade de o entendimento vir a ser revisto.

Escrito por Indicado en la materia Jueves, 23 de Junio de 2016 10:46 - Actualizado Lunes, 27 de Junio de 2016 10:46

# Delação

A acusação faz parte da delação do doleiro Alberto Youssef, que afirmou ter recebido determinação do ex-diretor Paulo Roberto Costa para entregar R\$ 1 milhão para a campanha de Gleisi Hoffman do Paraná.

Isso teria sido feito em um shopping de Curitiba. A quantia teria sido entregue pessoalmente por Yousseff a um homem. Youssef afirmou que Gleisi sabia de todo o esquema. E que Paulo Bernardo pediu um "auxílio" na campanha da mulher.

#### saiba mais

- Justiça vê indícios contra Gleisi na Lava Jato e envia documentos ao STF
- Gleisi Hoffmann assume comando de comissão no lugar de Delcídio
- Em depoimento à PF, Gleisi Hoffmann nega ter recebido propina de Youssef

## **Depoimentos**

Em depoimentos à Polícia Federal em abril do ano passado, a senadora Gleisi Hoffmann e o marido dela e ex-ministro Paulo Bernardo negaram irregularidades na arrecadação para a campanha da petista ao Senado em 2010.

Gleisi e Bernardo negaram, ainda, solicitações de doações ao doleiro Alberto Youssef. À PF, Paulo Bernardo disse que não fez qualquer pedido de "auxílio" a Costa para a campanha de Gleisi.

